

Memórias de letramento de idosos: a leitura e a escrita como bens simbólicos de inclusão e/ou exclusão social

Áurea da Silva Pereira Santos¹

Resumo: Pretende-se apresentar os eventos de letramento nas histórias de vida de quatro colaboradores, com pouca ou nenhuma escolarização, na faixa etária de 60 anos a 115 anos. Seguindo a metodologia da história oral, registro as narrativas desses personagens representativos da tradição da cultura local e procura-se dar visibilidade aos aspectos culturais e identitários, que demarcam a ambiência dessa comunidade rural e sua convivência com a tradição de oralidade e letramento. As cenas de leitura e escrita que guardam consigo nos dão pistas para abordar discussões acerca da escrita e da leitura como bens simbólicos que influenciam e determinam espaços que incluem e excluem os sujeitos, dominam e fazem uso dessas práticas culturais.

Palavras-chave: Letramento. Exclusão. História de vida.

Abstract: Intended to present the literacy events in the life stories of four employees, with little or no schooling, at the age of 60 years to 115 years. Following the methodology of oral history, recording the stories of these characters represent the tradition of local culture and seeks to give visibility to the cultural and identity, marking the ambience of this rural community and its coexistence with the tradition of orality and literacy. The scenes of reading and writing that can keep us with ways to address discussions about writing and reading as symbolic goods that influence and determine areas that include and exclude subjects dominate and make use of these cultural practices.

Keywords: Literacy. Exclusion. Life history.

1 INTRODUÇÃO

Pretende-se, neste trabalho, focar experiências de letramento narradas por quatro idosos: D. Catarina, 114 anos; D. Vitória, 69 anos; “Seu” Zé de Rufino; e “Seu” Zé de Dudu. Residentes na comunidade rural negra de Saquinho, no município de Inhambupe, no interior da Bahia. Trata-se de pessoas consideradas “iletradas” ao baixo nível de escolaridade. Cada um desses protagonistas traz a sua participação efetiva na vida pessoal da comunidade: D. Catarina, 114 anos, parteira por mais de 40 anos; D. Vitória, 69 anos, tornou-se uma rezadeira de prestígio; Sr. Zé de Rufino, 79 anos, preserva a plantação de bananeiras como o legado deixado pela sua família e que se constitui no patrimônio territorial de respeito aos bens da natureza; Sr. Zé de Dudu, 89 anos, um líder que casou com a filha de um ex-dono de escravo. As histórias de vida contadas por esses idosos testemunham fatos, acontecimentos vividos em Saquinho em um amplo período de tempo, elementos que constituem um patrimônio cultural dessa comunidade e que se preserva através da tradição oral. Investigamos também a intervenção do letramento nas experiências de vida narradas por esses sujeitos: são vários os episódios em que se deparam no convívio com eventos de letramento

¹ Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), mestre em Educação e Contemporaneidade pela mesma instituição. Professora da UNEB/Alagoinhas. E-mail: aureauneb@gmail.com

produzindo acertos e desacertos. Verificamos, assim, o papel da leitura e da escrita na formação da identidade social.

Utilizamos a metodologia da história oral (MEIHY, 1994, 2005, 2007), destacando a importância da tradição oral e saberes locais na formação sociocultural de comunidades rurais. Os dados coletados e analisados trazem um valioso conjunto de textos que contribui para uma reflexão sobre a interação escola e comunidade. Na retextualização das histórias, preservo os dialetos regionais e sociais como variantes legítimas.

2 ORALIDADE E ESCRITA COMO PRÁTICAS SOCIAIS: AS INTERFACES DE UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

Oralidade e letramento são práticas socioculturais construídas e utilizadas em contextos sociais, políticos e educacionais. Concebe-se “oralidade como prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variados gêneros textuais fundados na realidade sonora”. E letramento, “por sua vez, envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas)” (MARCUSCHI, 2001a, p. 25). Práticas orais e práticas escritas perpassam pela construção social da linguagem de um grupo.

Partindo desse pressuposto, a linguagem pode ser concebida como a capacidade que o sujeito tem de falar, organizar os pensamentos, de agir com os outros usando expressões, enunciados orais ou escritos. Então, a linguagem é uma forma de manifestação cultural, de o sujeito representar o mundo. Há uma forte e necessária relação entre língua, linguagem e sociedade, pois é no âmbito das atividades linguísticas que o sujeito social se constitui historicamente. As atividades discursivas de cada um representam sua maneira particular e coletiva perante o mundo, à concretização de uma experiência de construção histórica, vinculada às formações societais (MEY, 2001) em atividades de interação verbal. Assim, o sujeito se constitui à medida que se relaciona com os outros.

A língua, como processo histórico social e cultural, define espaços e organiza saberes, ela é concebida desde quando o homem descobre que pode fazer uso da fala para se comunicar, criar, cantar, fazer poemas, contar, narrar e rememorar histórias do passado. Nas sociedades de oralidade primária, o homem ainda não tinha um sistema de escrita, então, a palavra oral possuía um estatuto bem diferente do que lhe foi atribuído depois da escrita. Naquela época, todo saber era transmitido oralmente. A memória humana era o único recurso de que dispunham as sociedades da época para armazenar e transmitir o conhecimento para as gerações futuras. Aos anciãos, conhecidos como os mais sábios, e, em algumas culturas, como mestres eram incumbidos a tarefa de transmitir para as gerações futuras os conhecimentos, conselhos, histórias de batalhas e cânticos, com a finalidade de preservação da tradição cultural (ONG, 1998).

Nas sociedades atuais a escrita constitui um bem cultural que legitima, comanda, “faz” e “desfaz”, promovendo inclusão e exclusão social; entretanto, mesmo assim, considerando o valor intrínseco da escrita, a oralidade continua sendo o

referencial maior. Em territórios rurais e também urbanos, a oralidade constitui-se o canal de comunicação mais produtivo nas interações do cotidiano, assim como o meio mais efetivo de transmissão das tradições culturais provenientes dos saberes locais. Nas comunidades rurais, as histórias pessoais dão significação à preservação das raízes culturais; as vozes de idosos, sobretudo, revivem, como forte carga emocional, suas histórias de vida, leituras de mundo, trajetórias de experiências e manifestações de identidade, que são repassadas e recriadas pelas gerações mais jovens.

Com a aquisição da cultura escrita, os textos produzidos nas sociedades, as formas de pensar de povos e culturas diferentes começam a ser registrados e as vozes da sociedade da época começam a ser documentadas. As vozes e personagens são construídos por textos (orais e escritos), e nesses textos as vozes operam de múltiplas formas. A partir dessas vozes são inscritas não somente as histórias orais de cada um, “mas a totalidade das práticas que compõem a vida diária de uma comunidade” (MEY, 2001, p.80) e de suas origens marcadas pela tradição oral.

3 REMEMORANDO CENAS DE LETRAMENTO: “DONA” CATARINA, “DONA” VITÓRIA, “SEU” ZÉ DE RUFINO E “SEU” ZÉ DE DUDU

Ao analisar os eventos e práticas de letramento a partir das situações apresentadas nas histórias narradas, procuro examinar as diversas formas de participação dos idosos nos contextos apresentados nas histórias de vida. A partir das cenas em evidências sobre usos de leitura e de escrita, procuro perceber os significados construídos, as provocações e impactos percebidos por eles.

O diálogo com os teóricos nos permite compreender as imagens das situações e episódios de letramento nos quais esses idosos participaram e nos mostra como os saberes experienciados por sujeitos que não têm o domínio da leitura e da escrita se constituem num corpus de estudo. O modelo que se propõe como relevante para esta pesquisa baseia-se nas concepções teóricas do letramento ideológico conforme as considerações teóricas apontadas por Street (1984), Kleiman (1995), Soares (1998; 2000), Marcuschi (2001), Tfouni (2001) e outros. Os autores que defendem esse modelo de letramento e argumentam que as práticas e os eventos de letramento não são apenas escolares e não são determinadas apenas pela escola. Os processos de construção, aquisição e usos da leitura e da escrita são de natureza social, cultural, plural e política.

Tomando com parâmetro as discussões teóricas tecidas inicialmente, apresento cenas de letramento rememorados por Dona Catarina:

Meu nome é Catarina, tenho 114 anos, tive cinco fio. Tem dois vivo aqui. Tenho duas irmãs viva, meu irmão, os outro já morreu. Meu fio foi registrado em Inhambupe e Alagoinha, em cartório. Eu registrei meu fio porque se não registrar fica sem nome e a gente não sabe quem é. O meu nome foi encontrado nas cartia e nos amanaque daquele tempo. Desse nome tem pouca gente.[..] O meu avô sabia ler muito, mas eu não alcancei. Meu nome foi de amanaque. Meu avô criou os fio, mas ninguém sabia ler. Tinha gente que sabia ler, mas era muito longe. A gente tinha que viajar muito légua e légua pra alguém ler aquela escrita que aparecia. Aí a gente pedia

pra ler a carta e a pessoa lia e escrevia. Eu mesmo pedia pra alguém ler, depois a mesma pessoa respondia por escrito.

Os nomes dos filhos foram registrados em cartório, a certidão de nascimento é a primeira garantia de direito que todo brasileiro deve ter para assegurar a sua cidadania. O nome é uma das primeiras marcas de nossa identidade. A aquisição do nome através da leitura em um almanaque e ou cartilha evidencia o contato da família, no caso o pai, mãe ou outro membro com esses gêneros textuais. Apropriar-se do nome escrito “Catarina” torna-se uma prática de letramento, ao fazer uso da escrita para evidenciar sua origem.

Ao relatar sobre o seu casamento e a certidão de nascimento, Dona Catarina esclarece: *Meu registro e dos meus irmão meu pai me deu depois de grande, cada um recebeu o seu. Quando eu me casei na igreja já tinha registro. O uso destes documentos nacionaliza o sujeito, reafirmando sua identidade, e, ao mesmo tempo, concede-lhe autoridade como cidadão e cidadã. Além disso, só mediante esse documento é que podemos fazer outros documentos. Só existimos como brasileiros legitimados quando temos o nosso nome registrado em cartório.*

Dona Catarina conhece o valor da leitura e escrita, reconhece o seu valor social. Desse modo, participa de eventos de letramento ao relatar que ouvia a leitura de cartas, como também ditava oralmente cartas para que alguém pudesse escrever. De modo igual, os espaços de letramento, como a escola e o cartório são evidenciados; além disso, menciona documentos, livros e revistas, bilhetes e cartas que são práticas de letramento muito usadas até hoje, principalmente em algumas comunidades onde ainda não chegou a internet nem o telefone.

Reconhece que seu nome é especial e raro, pois foi retirado de um texto escrito encontrado no almanaque. Ela demonstra ter uma convivência com a escrita e a leitura, como também o reconhecimento dos valores atribuídos a esse saber, como ela bem diz, em outro momento: *Quem sabe ler e escrever conhece o mundo.* Em outro momento, conta sobre sua experiência como parteira por mais de 40 anos na comunidade e em um dos seus trabalhos relata um acontecimento muito triste sobre o nascimento difícil de uma criança. E Dona Catarina faz o seu relato mostrando mais uma experiência de leitura, quando acompanhava uma senhora que fazia uma oração, lendo o catecismo:

Da minha vida de parteira, só teve um acontecimento, uma que morreu na hora do parto, na hora que teve o menino, mas quando morreu não tinha perigo. Morreu porque tinha que morrer, se tinha perigo ninguém tava entendendo, porque ela teve o menino. Ela começou com aquele negócio diferente. Chegou uma tia dela, essa tia ainda tava viva, mora ali. Ela mandou chamar essa tia, nesse tempo essa tia era nova. Ela disse: - Mande-lhe chamar tia pra você ficar aqui mai eu e tia Catarina e por modi a senhora rezar uma reza. A tia disse: Qual é a reza que é pra rezar? Ela disse: - Uma reza, um ofício, reza qualquer uma reza. Ela disse: - Tá bom, se for pra rezar um ofício eu não rezo sem o catecismo, vou buscar por modi a gente rezar. Ela foi em casa e pegou o catecismo pra gente rezar. Veio e rezemo o ofício todo pelo catecismo. Quando acabou

de rezar, daí a pouco, Deus ajudou que ela teve o menino, se despachou, se arrumou e botou o menino na cama junto dela.

Neste momento, D. Catarina afirma com bastante propriedade: *Veio e rezemo o ofício pelo catecismo.* O envolvimento com a oração permite o exercício do ato de ler; ao repetir o texto do catecismo, ela usa a estrutura das palavras, frases e orações representadas na norma culta, penetrando assim no mundo do letramento, ao participar ativamente de uma interação através do texto escrito. Conforme Tfouni (2001, p. 78), “existe um conhecimento sobre a escrita que as pessoas dominam mesmo sem saber ler e escrever, que é adquirido desde que estejam inseridas em uma sociedade letrada”.

Dona Vitória conta as experiências de leitura e escrita que vivenciou com seus filhos:

Quando a gente escrevia pra São Paulo, porque hoje é tudo por telefone, mas naquele tempo eu escrevia por meus fio que estava lá. E eu chamava os menino pra escrever as cartas. Ele chegava no papel com a caneta. E eu dizia: - Eu não sei começar. Ele dizia: - Você não sabe começar? Ah, minha mãe, a primeira coisa que a gente faz, é: Saudações, em primeiro lugar, meus fio, eu vou mandar essas duas linha, sua querida mãe, ao mesmo tempo saber das suas. Em segundo lugar: uma bênção, um beijo, um abraço. E aí eu continuava a dizer como estava, como era que não estava, quando recebia a resposta da carta, eles lia e ouvia. No Natal, vinha aquele cartão, mandando aquela bênção, aquele beijo, aquele abraço. Oh, minha querida mãe tou morrendo de saudade, minha mãe o meu coração tá no seu e o seu tá no meu. Ô minha mãe que ano nós se abraça? Assim com essas palavra eu gravo a carta, porque a carta a gente manda com carinho, certo (risos)....se a gente pensasse quanto é bom guardar essas coisa na memória, se eu não guardasse, eu não sabia ler assim como tou lendo sem saber o escrito.... mas sei o que tá guardado na memória.

Durante a narrativa, relata os eventos de letramento dos quais participou enquanto seus filhos já faziam uso da leitura e da escrita. Detalha sua emoção ao ditar as cartas para seus filhos escreverem, e como acompanhava as leituras das cartas e dos cartões natalinos que lhe enviavam, a importância atribuída à escrita da carta, bem como os clichês mais utilizados, do tipo: “Saudações”, e em seguida, dizer-lhes como estava passando etc. E aí, recorre à moda de expressões estereotipadas utilizadas em milhares de cartas: “escrevo-lhe estas mal traçadas linhas”, ou “espero que esta vá encontrá-lo gozando de saúde”. No caso da nossa colaboradora, ela lembra a expressão utilizada nas cartas: *Em primeiro lugar, meus fio, eu vou mandar essas duas linha, sua querida mãe, ao mesmo tempo saber das sua, mãe. Em segundo lugar: uma bênção, um beijo, um abraço.* O estilo utilizado tem o propósito de demonstrar os sentimentos de dedicação e saudade dos seus filhos. Ao ditar e ler as cartas, conta de forma fiel como seus filhos redigiam as cartas, demonstra eficácia no tratamento que é dado ao texto e o modo como interage com a escrita e a leitura. Práticas de leitura e de escrita desta natureza

são compreendidas como modelos e eventos culturais que dão forma a comportamentos, significados, valores e atitudes, concretizados e assumidos.

Nesse processo de ouvir a leitura das cartas e ditá-las, interage com as formas de letramento que são dadas ao texto, bem como as palavras utilizadas, carregadas de significados. Para nossa colaboradora, as palavras ficam gravadas em nossa memória, e tornam-se cristalizadas, imortalizadas. As cartas recebidas e enviadas estão carregadas de sentimento. D. Vitória assume que se não tivesse gravado o texto das cartas na memória não saberia ler e ficaria sem saber o que foi escrito. Para nossa colaboradora, segundo César (2007, p.08), “a memória, então, significa um elemento importante da nossa vida, do nosso ser e estar no mundo, na medida em que se constrói o presente, e, ao reconstruir, reinventa o que já foi vivido”.

Percebemos, em uma das falas, que Dona Vitória espera que seus filhos desenvolvam hábitos e valores próprios de uma cultura letrada, ao afirmar que: *Eu orientei meus fio na escola, porque eu via e pensava que ler era muito bom. A pessoa sabendo ler, sai pelo mundo assim sabe entrar e sai onde quiser.* Para ela, o sucesso dos filhos na sociedade está atrelado ao desempenho escolar. Letrar o sujeito é função da escola, entretanto, isto está explícito na fala de Dona Vitória. Compreende que a escola é o lugar social onde o contato com a leitura e com a escrita ocorre de forma sistematizada e intensa, preparando o sujeito para o convívio com outros mundos. Trata-se da concepção de escola que, segundo Soares (2000), trata a escola como uma instituição redentora: “A que salva todos”. A autora defende que à escola não compete o papel de redentora, mas, sim, promover condições para a transformação social.

“Seu” Zé de Rufino conta sua história de vida e, dentre as tantas lembranças rememoradas que foram marcantes, narra com descrição cenas de eventos e práticas de letramento das quais participou de forma efetiva. Nas cenas descritas, ele inicia contando como foi sua experiência escolar:

A experiência que tive na escola foi quando eu tinha cinquenta e cinco ano, já tinha ido em São Paulo e já tinha vindo. Aí nem sabia a letra do meu nome, se botasse assim, eu oiava, pra mim não era nada, né. Agora, meu nome no lugar que eu vejo, não deixo passar que eu sei que é meu nome.[...] Eu sei conta de luz, tem gente que dá os outro pra oiá, né, eu não, vou oiando, oiando, até que descubro.

A escola como “agência de letramento” (KLEIMAN, 1995, p. 20) continua exercendo a função de garantir aos sujeitos a ilusão, em alguns momentos, de que quem sabe ler e escrever torna-se diferente. E, de fato, saber ler e escrever capacita o sujeito e amplia a sua visão de mundo. A questão é que, às vezes, a escola apenas ensina a leitura e a escrita como uma prática mecânica da codificação e decodificação; concebe aos sujeitos fórmulas para codificar e decodificar.

Entendemos que aprender a fazer o nome já é uma aquisição de um bem cultural. Reconhecer o seu nome demarca e o autoriza enquanto sujeito que se reconhece como cidadão, que faz parte de uma sociedade que codifica e decodifica o nome. Significa também reconhecer-se como um sujeito constituído histórico e

socialmente por uma escrita que o caracteriza e o determina a partir do espaço onde nasceu, vive, reside e tem uma data de nascimento, pais, família e ancestralidade.

“Seu” Zé de Rufino continua narrando sua história de letramento, e dentre tantas cenas contadas e lembradas, conta como aprendeu os números e começou a se familiarizar com as palavras:

E comecei a oiá os número nas revista, foinha, jornal, eu ia oiando. A menina aqui vendia negócio de revista de pedido de coisa pra comprar e eu oiava e ia perguntando. E minha tia trazia jornal de Salvador, que ela minha tia e minha sogra trabaiava lá, e minha tia trazia. E eu ficava perguntando e minha tia Odília sabia ler um pouquinho. Ela trazia o jornal pra ler e eu ia foliando o jornal e perguntando pra ela e ela ia me dizendo tudo.

O excerto transcrito mostra que a iniciação e o envolvimento com o letramento decorrem em contexto de aprendizagem não formal, por isso se deu a partir da interação com o texto e a mediação de sua tia, que trazia revistas e jornais de Salvador para a comunidade, e a moça que vendia produtos através de manual de pedido, conhecida por eles como “revista de pedido”. É partir dessas atividades de interação que “Seu” Zé de Rufino constrói suas hipóteses e vai se familiarizando com a leitura e com a escrita. Nessas cenas de eventos de letramento, ele aprende os números e preços de objetos evidenciados na revista de revenda de produto, o uso do jornal, bem como seu manuseio, a leitura que sua tia fazia enquanto manuseava o jornal. Muitos saberes foram mobilizados e construídos no momento em que observava o jornal e questionava a tia sobre o que via como imagens, símbolos e palavras. Foram momentos lembrados, marcantes de aprendizagem significativa: os contatos com números, imagens, letras, palavras, textos.

Essa forma de interagir com o texto e com os interlocutores que explicavam as imagens das revistas e dos jornais, como também os preços dos produtos à venda na “revista de pedido”, garantiram-lhe a aprendizagem dos números e dos preços dos objetos visualizados.

O saber decifrar a escrita numérica legitima poder, pois se começa a adentrar no mundo da escrita simbólica o qual só é desvendado pelos que demonstram domínio da considerada norma culta. No caso do “Seu”. Zé de Rufino, é a partir dessa descoberta dos números e reconhecimento da representação monetária que ganha poder, pois aprende a lidar com valores e com dinheiro, e inicia o letramento matemático, além dos eventos da leitura e da escrita.

Senhor José Augusto Marinho, conhecido como “Seu” Zé de Dudu, demonstra ser um líder com boa capacidade de narrar, que prende nossa atenção através dos detalhes e das falas que ele atribui a cada personagem. Embora não seja escolarizado, reconhece o poder que a escrita exerce sobre os lugares e as pessoas. Em sua narrativa, expõe fatos e situações peculiares que fazem sentir o que é ser excluído e suas consequências na vida social. No desenrolar do texto há uma temática constante – a escrita. Ela aparece em quase todos os episódios narrados. A escrita manda, impera, autoriza e divide. É assim que o depoente historia partes de sua vida:

A história daqui é que foi uma senzala de Timóteo Palmeira Silva. A família toda tinha Silva. Eles era da Lagoa da Cabaça, fica do lado Irará, bem pra dentro, o pai dele tinha uma senzala ali perto de Alagoinhas, tinha no Limoeiro, tinha também em Nova Sore. O fio dele ficou aí, nasceu aí e ficou aí mais a mãe. Tinha um irmão que morava no Jenipapo com a irmã dele que também tinha escravo. Eu não alcancei o tempo dos escravo, quando me alcancei já eram livre. O meu sogro era quem contava essas história que era fio de Timóteo Palmeira. Ele pegava e fazia dos negros escravo. Mas não era assinado pela Princesa Izabel. Nem foi assinado em cartório. O veio que morava aqui, eu me casei com a fia dele, era fio de Timóteo Palmeira, era senhor de escravo, a família dele foi dono de escravo nessa região toda. Essa família veio do Irará. Tinha cinco lugar que tinha escravo: Chaves, Jenipapo, Canta Galo, Tombador e [...]

À medida que conta sua história apresenta a escrita como instrumento que autoriza e dá reconhecimento de legalidade. Como forma de mostrar essas evidências, ele diz: – *Ele pegava e fazia dos negro escravo. Mas não era assinado pela Princesa Izabel.* A escrita significa poder, pois através dos registros da escrita: a assinatura legitima a autoridade.

Daí, então, o questionamento: o que é assinar como escravo? Assinar como escravo é ferrar uma marca de escravo, estar sob sua posse. E para O que é assinar? Assinar é imprimir uma marca. Ter ou usar o nome; assinar, demarcar, delimitar. A partir desses conceitos, podemos, então, atribuir à palavra assinar o significado de ter posse de algo. No caso, a assinatura da Princesa Izabel é a materialização de poder.

Em outro momento do seu texto, nos conta: *Se fugisse de outro lugar e chegasse na senzala, ele assinava como escravo.* Para que isso acontecesse era preciso assinar, simbolizar, demarcar como proprietário. O registro escrito exerce a função de poder e demarcação de espaço, pessoas e objetos. É o que acontece em sua trajetória de vida:

Eles governava de Nova Sore até Mata de São João e Irará. Ele mais o irmão comprou mil e oitocenta tarefas de terra por quatro mil réis . Eles deu dois mil réis, tá marcado na escritura, e ficou devendo dois mil réis e nunca deu.

A escritura que demarca as terras vendidas, como também a quantidade, os lugares e o valor da venda. Esse documento garante o poder sobre os documentos referentes impressos em papel escrito que constituem uma prova importante para “Seu” Zé de Dudu, pois garantem a veracidade dos fatos narrados. Assim, a escrita exerce um forte poder, pois determina, autoriza, inclui e exclui.

São muitas vozes presentes nas narrativas que perpassam pelo letramento social, cultural e ideológico, pois nas histórias relatadas, os colaboradores atribuem valores e significados à escrita e à leitura como práticas sócio-discursivas. Assim, os discursos produzidos estão correlacionados às categorias sociais, econômicas, políticas e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÉSAR, América Lúcia. Chaves para uma proposta político-educativa para a ação cultural. In: Caderno I: Fundamentos para a construção de uma cartografia dos Pontos de Cultura de Alagoas. Projeto Pontão Guerreiros Alagoanos: SECULT, 2007. p.08-13.

KLEIMAN, Ângela B. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001a.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: SIGNORINI, Inês (Org.). Investigando o oral e o escrito e as teorias de letramento. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001b.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 2005.

MEY, Jacob L. As vozes da sociedade. Trad. Ana Cristina de Aguiar. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

ONG, Walter. Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1998.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva Social. São Paulo: Ática, 2000.

STREET, Brian V. Literacy in theory and practice. Cambridge: University Press, 1984.

TFOUNI, Leda Verdiani. A dispersão e deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: SIGNORINI, Inês (Org.). Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

Recebido em 30/11/2009

Aceito em 17/11/2009